

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JULHO DE 2015

--- Aos trinta dias do mês de Julho do ano dois mil e quinze, pelas 20h e 45 m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde em Azambuja, com a seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

--- Ponto 1 – Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja P 75/P/2015

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e como 2º Secretário o Srº Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António Francisco Nunes Godinho, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel da Conceição Loureiro, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Miguel Rebelo Valada, Emanuel Jorge Pereira, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês da Graça Louro, Maria Luísa da Conceição António, Natércia Maria Esteves Rocha Serranito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rogério Faria Jorge, Tatiana Filipa Pacheco Gaspar.

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes, referindo que como esta é uma Assembleia Extraordinária não têm período antes da ordem do dia para os Deputados Municipais, mas tem um período antes da ordem do dia para o público. -----

--- Uma vez que a mesa ainda não se encontrava completa, o Srº Presidente da mesma convidou o Sr. Deputado Municipal Francisco Jerónimo a integrar a mesa. -----

--- O Sr. Presidente informou que os Sr.s Deputados Municipais Luís Fonseca e Sérgio Ezequiel na impossibilidade de comparecerem na presente reunião, foram substituídos pelos Sr.s Emanuel Pereira e Natércia Serranito. -----

--- Passou posteriormente a perguntar se algum membro do público queria usar da palavra. -----

--- Foi concedida a palavra ao Srº Manuel Canha, que apelou para que a Assembleia Municipal corresse cordialmente e que não houvesse lavagem de roupa suja como houve na última sessão de Câmara. -----

--- Apela ainda a todos os membros eleitos nesta Assembleia para que sejam conscientes e que pensem em que é que vão votar, pois com os aumentos da água juntamente com o IVA vão a 34%. -----

--- Solicita também saber se o voto deste ponto vai ser secreto ou de braço no ar. -----

--- O Sr. Presidente da mesa responde que a Lei refere que quando é para votar pessoas o voto é secreto, quando não é para votar pessoas o normal é braço no ar, a não ser que a Assembleia delibere que seja em voto secreto. -----

--- Retoma a palavra o Sr. Manuel Canha, para dizer que se não for por voto secreto as pessoas têm que ser conscientes e lembrar-se dos outros que não vão pela sigla do partido. -----

--- Refere ainda que sabe que a Coligação PFNT deu liberdade de voto, considerando que o PS também deveria dar. -----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Diogo, que solicitou saber porque é que a “Aquapor” ganhou a concessão das águas em Azambuja, e logo a seguir a vendeu às “Águas de Azambuja”. -----

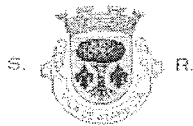
--- Interveio o Sr. João Couchinho, para dizer que aquando da passagem da água para uma entidade privada, o grupo PS acusou o grupo CDU de levantar boatos para que o processo não fosse concluído, salientando que o que é facto, é que está à vista que o que a CDU dizia era verdade. Refere ainda que está surpreendido com o facto de alguns eleitos mudarem a sua opinião, estando na altura contra a concessão, e agora votarem favoravelmente. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Patrício para salientar o problema dos horários dos comboios, referindo que tem conhecimento que no tempo de férias vão puxar os comboios da Castanheira para Azambuja, perguntando porque é que não se faz o mesmo durante o restante tempo. Refere ainda o problema do último comboio, que sai de Lisboa (Santa Apolónia) para Azambuja às 00.14h, dificultando a vida às pessoas que trabalham por turnos. -----

--- O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr. Daniel Claro, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Começando por dizer que a simpatiza com a ideia do Sr. Presidente da Câmara de querer encerrar este assunto o mais rápido possível, salientando que este é um assunto que a presente vereação herdou, sendo uma espada sobre a cabeça dos próprios. -----

--- Referiu ainda que discorda profundamente da solução encontrada. Salientou que Azambuja não tinha necessidade desta concessão, pois na entrada do Sec. XXI em relação a esta matéria tinha uma posição extraordinariamente competitiva face aos municípios vizinhos. Tinha água própria, abastecendo o concelho em 51%, tinha um tarifário extraordinariamente competitivo que necessitava de revisão, mas não uma revisão como esta que aumentou para 7 ou 8 vezes mais do que se pagava. Ressalta que a verdade é que o Município tinha esta posição confortável, e 9 anos depois o mesmo está nas mãos de uma empresa, que na opinião da própria Câmara e da Comissão de acompanhamento tem nas suas mãos o futuro do Concelho, tal como vem expresso no documento da comissão de acompanhamento. Refere que tudo isto carece de uma aprofundada e fundamentada explicação a todos os municípios. -----

--- O Sr. Daniel Claro afirmou também que na altura foi dito que havia a necessidade de se investir oito milhões de euros, e como tal teria de ser concessionada, mas diz que não sabe a que é que se referem estes oito milhões. Diz que o pedido de revisão de contrato é de 2010, e que em 2013 ainda só estavam investidos três milhões e meio de euros, considerando que a Câmara teria capacidade para ter ela própria feito este investimento sem ter concessionado as águas, se, se tivesse absterido de fazer alguns investimentos em obras, tais como: o parque da entrada de Alcoentre, quatro campos de futebol, uma praça de toiros e o TUA. Refere que somando isto tudo se arranjará os três milhões e meio de euros, salientando que a Câmara fez uma opção política, uma vez que as condutas de água ficam debaixo do chão, por isso não se veem, optando por construir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

obras que ficassem ao cimo da terra, e assim angariar votos. Disse ainda que se o anterior executivo da Câmara fez essa opção política, deve assim assumi-la. -----

--- Referiu que existe uma discrepância entre os caudais vendidos e os caudais que estavam no caso base, estando os últimos empolados. Salientou que existe essa discrepância uma vez que o caso base diz que Azambuja em 2009 tinha de per capita um consumo de água superior ao que diz o Instituto Nacional de Estatística e a própria Câmara. Referiu que isto leva à conclusão que a Câmara quando acabou de assinar o contrato de concessão, já devia dinheiro à empresa. -----

--- Lamenta que digam que toda esta discrepância tinha a ver com o aeroporto, pois a quando da assinatura do contrato, já se sabia que o aeroporto não ia para Ota. -----

--- Salientou também que em relação à revisão do contrato, a comissão de acompanhamento deu na no período de um mês parecer positivo, não merecendo no seu ver qualquer credito uma vez que o caso é complexo, e que o ERSAR em dois anos ainda não conseguiu dar o seu parecer. -----

--- Quanto à indemnização, refere não se saber qual é o valor da mesma, perguntando se a comissão de acompanhamento tem conhecimento destes valores. Refere que a mesma deixou passar em claro que faltava uma peça fundamental para que este contrato seja um verdadeiro contrato de concessão, que é o Regulamento dos Serviços. -----

--- O Sr. Daniel Claro, terminou a sua intervenção dizendo que se este aditamento ao contrato de concessão for aprovado tal como está, haverá uma consequência inevitável que é o facto da Assembleia Municipal ter que aprovar uma auditoria a todo este processo, para que se perceba o que é que correu mal, para que no futuro não se cometam estes erros. -----

--- Informa também que está criado no facebook um grupo para a criação de uma associação de consumidores de águas e saneamento, apelando para que as pessoas se inscrevam nesse grupo para que essa associação seja criada, e na próxima vez que este processo ceda do ponto de vista legal, os consumidores possam ter uma voz ativa neste processo. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Joaquim Calixto, que solicitou à comunicação social que salientasse um pouco mais o que a oposição diz nas Assembleias Municipais e nas Reuniões de Câmara. Apela aos Deputados Municipais que pensem bem no seu voto em relação a este ponto, uma vez que está muita coisa em jogo. -----

--- Pediu a palavra o Sr. António Pires, de modo a fazer um pedido aos eleitos de Azambuja, dizendo que já viu de todos os quadrantes políticos “venderem a alma ao diabo” só pelo partido, pedindo que se esqueçam do partido pelo qual foram eleitos, mas que se lembrem do povo que os elegeu. -----

--- Referiu que a regra estabelecida para a concessão da água partiu de pressupostos errados que alguns políticos e técnicos defenderam, salientando que não acredita que esses 21% de aumento sejam para pagar a diferença da população que existe. Voltando a referir que nos eleitos locais devem pensar na população idosa e os desempregados que não têm condições para poder pagar esses aumentos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1 – Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja** ----- **P 75/P/2015**

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara referindo que este é um processo que já se arrasta há muitos anos, considerando ser a altura certa para dar continuidade ao processo. -----

--- Refere que o Dec. Lei 124/2009, de 20 de Agosto, estabelece que “os contratos de concessão existentes no momento da sua entrada em vigor, devem obrigatoriamente ser adaptados ao mesmo até dia 20 de Agosto de 2012”, o que diz nunca ter sido feito porque a Câmara deveria logo na altura ter eleito uma comissão de acompanhamento, tal como foi feito agora. -----

--- Explica que depois dessa comissão ter sido eleita, e depois de emitir o seu parecer, a Câmara sentiu-se mais cómoda para poder trazer esta proposta. -----

--- Diz também que esta situação se dá devido a um desvio de caudais superiores a 20% relativamente ao previsto no caso base. Salienta que foram ouvidas as recomendações do ERSAR. -----

--- Diz ainda que os 21,3% não recaem sobre os consumidores domésticos, onde se reflete é no final da fatura já com o saneamento. Refere que foram feitos alguns acertos acerca das famílias numerosas, considerando estarem reunidas as condições para se apresentar a proposta. -----

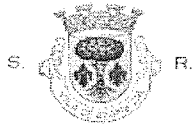
--- Explica ainda que mesmo existindo um processo em tribunal com “Tomás de Oliveira” sobre o processo da concessão, este processo de aditamento pode seguir para a frente, estando tudo dentro da legalidade. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Vereador António Jorge Lopes, para dizer que em relação a este assunto o que perguntou na última reunião de Câmara não foi se este processo de revisão contratual poderia ou não avançar por causa do processo que está a decorrer no tribunal administrativo do círculo de Lisboa, refere que o que perguntou foi se no caso deste processo ser chumbado as “Águas de Azambuja” têm ou não a possibilidade de recorrer ao tribunal arbitral. Diz ainda que na sua opinião não poderão, porque existe ainda um processo anterior que é a origem de tudo isto. -----

--- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que tem a confirmação que todo o processo poderá seguir. -----

--- Foi concedida a palavra à Sr^a Deputada Municipal Maria Inês Louro, cumprimentando todos os presentes e começando por referir que o Partido Socialista não impôs disciplina de voto quanto a esta votação, no entanto menciona que o PS vai dizer sim ao aditamento do contrato de concessão, porque rever o contrato é uma obrigação legal, não só pelo Dec. Lei 194/2009, mas também por imposição contratual. Diz que a metodologia que foi seguida pelo município durante a negociação foi recomendada pelo Tribunal de Contas, e a renegociação transferiu para as Águas de Azambuja o risco da procura com os consumos com este aditamento, facto que foi destacado como positivo no relatório do Tribunal de Contas de Janeiro de 2015. Refere ainda, que este acordo reduz em trinta e três milhões de euros a faturação das “Águas de Azambuja” no período da concessão. Salienta que a ERSAR no seu parecer de 2015 confirma o aumento da tarifa média de 46,5% pedido em Julho de 2011 pelas Águas de Azambuja. Este acordo ao qual o Partido Socialista dirá sim, permitiu reduzir o aumento da tarifa média de 46,5% para (falha de gravação). Este acordo considera que o impacto na redução das tarifas do novo sistema de Lisboa e Vale do Tejo é de 13% de decréscimo na água, e de 18% no saneamento, considerando ser esta uma clara vantagem para o consumidor final. -----

--- Menciona que com este acordo passou a ser risco da concessão, os caudais mínimos das “Águas do Oeste” já faturados em 2010 e 2011 num total de 1,4 milhões de euros. Volta a referir que sem este aditamento aprovado, a concedente é solidariamente responsável por este pagamento. Com este acordo as “Águas de Azambuja” assumem uma redução de 8% (falha de gravação). Refere que com este acordo os clientes com tarifário social e familiar deixam de pagar tarifas fixas no valor aproximado de 5€ por mês. Salienta que este acordo é solidário e garante o alargamento dos beneficiários do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

tarifário social e familiar, este acordo repõe para valores de 2012 taxas de serviços não essenciais, e fixa o preço de custo de taxas de serviços solicitados pelo utilizador. -----

--- Diz ainda que o PS não pode dizer “não” a este aditamento, porque o município incorrerá em incumprimento para com as “Águas de Azambuja”, decorrido do contrato de concessão e de imposição da Lei. -----

--- Referiu que o Tribunal de Contas poderá impor a renegociação do contrato com metodologia chumbada, a “Águas de Azambuja” poderá não prescindir da possibilidade de faturar mais 33 milhões de euros no período da concessão. A ERSAR certamente confirmará o aumento da tarifa média de 46,5% com base nos anos 2009, 2010 e 2011, na qual a “Águas de Azambuja” irá somar os prejuízos acumulados de 2012 até 2015. A redução das tarifas do novo sistema de Lisboa e Vale do Tejo de redução nas águas e no saneamento não terá impacto na fatura do consumidor, a concessão passará para as tarifas os caudais mínimos das “Águas do Oeste” já faturados em 2010 e 2011, num total de 1,4 milhões de Euros. -----

--- Disse ainda que as “Águas de Azambuja” irão repor a TIR do projeto aumentando 8%, face à proposta chumbada. Menciona que eventualmente as “Águas de Azambuja” puderam suspender todos os investimentos a efetuar, prejudicando também igualmente os consumidores finais. Referiu que qualquer futuro acordo ou imposição seja ela arbitral ou judicial, implicará aumentos brutais a todos os consumidores. Pelo que é imposto do ponto de vista legal, e pela justiça do reequilíbrio do mesmo o PS dirá “sim” ao aditamento. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado Municipal Manuel Couceiro, que passou a ler o texto que a seguir se transcreve: -----

--- *Caros Deputados Municipais,*-----

--- *Senhor Presidente, Senhores Vereadores,*-----

--- *Minhas Senhoras, Meus Senhores* -----

--- *Como todos sabem, os partidos que constituem a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA sempre manifestaram reservas sérias e fundadas ao processo de concessão das Águas de Azambuja, ao processo negocial da alteração ao contrato e ao respectivo aditamento contratual.* -----

--- *Por isso, e sem prejuízo da liberdade de voto que cada deputado municipal tem, relativamente à proposta de alteração ao contrato de concessão das Águas de Azambuja a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA está pronta para votar contra.* -----

--- *Estamos prontos para votar contra.*-----

--- *Mas também estamos prontos para construir uma solução consensual que envolva todas as forças políticas.* -----

--- *Uma solução consensual que ajude a Câmara a enfrentar as Águas de Azambuja e conquistar uma alteração ao contrato de concessão melhor para as famílias e empresas do concelho de Azambuja.* -----

--- *Por isso, o assunto que hoje vamos discutir obriga a uma reflexão profunda, cuidada e responsável, que não se pode ficar pelo mero enunciado de voto de cada um de nós.* -----

--- *Assim, peço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal alguma tolerância para o caso de ultrapassar ligeiramente o tempo com esta nossa intervenção.*

--- *Julgo que tal não vá acontecer.* -----

--- *Se acontecer, aqui ficam as minhas desculpas ao Sr. Presidente da Assembleia e a todos os presentes.*-----

--- A todos os Colegas Deputados Municipais, peço que escutem esta intervenção e que não retirem dela qualquer conclusão precipitada.-----

--- Vamos apresentar factos.-----

Factos que não pretendem ser qualquer ataque político aos anteriores ou aos atuais deputados municipais do PS.-----

--- E vamos abrir caminhos para ajudar a Câmara a enfrentar as Águas de Azambuja, com sucesso.-----

--- O que está em causa é o superior interesse do concelho de Azambuja e esse defende-se melhor se todos estivermos juntos.-----

--- Ao Senhor Presidente da Câmara:-----

--- Em nome dos autarcas da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, peço-lhe que encare as nossas palavras com abertura, moderação, sentido construtivo e responsabilidade.-----

--- Os autarcas da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra apenas querem a construção de uma solução melhor do que aquela que aqui nos é apresentada.-----

--- Caros Deputados Municipais,-----

--- Minhas Senhoras, Meus Senhores-----

--- No final dos anos 90, o PS aprovou a adesão do nosso município às Águas do Oeste.

--- Os deputados municipais do PSD e da CDU não votaram a favor dessa adesão.-----

--- Depois, no primeiro mandato do Dr. Joaquim Ramos como presidente da Câmara, o PS aprovou o contrato de fornecimento com as Águas do Oeste.-----

--- Os deputados municipais do PSD e da CDU não votaram a favor desse contrato de fornecimento.-----

--- Na verdade, o PSD e a CDU não votaram a favor da adesão e do contrato de fornecimento com as Águas do Oeste por três razões principais:-----

--- A primeira razão:-----

--- O concelho de Azambuja dispunha de captações e depósitos de água próprios que teriam de ser entregues às Águas do Oeste.-----

--- E nessa medida, o município de Azambuja iria perder – como perdeu! – a sua autonomia na definição da política de gestão do “sistema em alta”, quer ao nível do abastecimento de água, quer ao nível das águas residuais.-----

--- A segunda razão:-----

--- O volume a pagar às Águas do Oeste por causa dos chamados “caudais mínimos” era elevado, injusto e incerto e teria consequências negativas nas contas municipais.---

--- Todos sabemos que o município esteve e está em tribunal por causa das dívidas às Águas do Oeste.-----

--- Todos sabemos que o município ainda deve centenas de milhares de euros às Águas do Oeste.-----

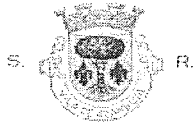
--- A terceira razão:-----

--- O compromisso das Águas do Oeste quanto à realização de um conjunto significativo de obras no “sistema em alta” era vago e permitiria – como veio a acontecer! – que as Águas do Oeste não cumprissem o acordado, sem qualquer penalização e sem qualquer garantia para o município de Azambuja.-----

--- Aliás, recordamos que um dos fundamentos apresentados pelas Águas de Azambuja para a renegociação do reequilíbrio económico-financeiro prende-se com a não realização das obras prometidas pelas Águas do Oeste...-----

--- Por tudo isto e muito mais, hoje é consensual que as oposições tiveram razão em não aprovar a adesão às Águas do Oeste e em não aprovar o respetivo contrato de fornecimento.-----

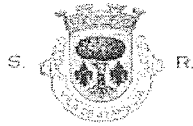
--- Caros Deputados Municipais,-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- *Minhas Senhoras, Meus Senhores* -----
--- *Durante o mandato autárquico de 2005 / 2009, esta Assembleia Municipal aprovou a concessão do “sistema em baixa” a privados e aprovou o contrato de concessão com as Águas de Azambuja.*-----
--- *Estas duas decisões foram tomadas apenas com os votos do PS.*-----
--- *Os deputados municipais do PSD e da CDU não votaram a favor nem da concessão, nem do contrato de concessão propriamente dito.*-----
--- *Do vasto conjunto de razões que então foram apresentadas pelas oposições para não votar a favor, destacam-se três:*-----
--- *A primeira razão:*-----
--- *Ao arrepio de todas as outras propostas apresentadas, a proposta concursal da Aquapor / Águas de Azambuja subestimava os custos com as Águas do Oeste e isso iria trazer – como trouxe! – problemas à sustentabilidade económico-financeira da concessão.*-----
--- *A segunda razão:* -----
--- *O caso base e a previsão da procura apresentadas pela Aquapor / Águas de Azambuja eram irrealistas, nomeadamente porque se baseavam num cenário de crescimento demográfico acelerado à custa da construção do novo aeroporto na Ota.*
--- *A terceira razão:*-----
--- *O crescimento demográfico seria insuficiente face à previsão da Aquapor / Águas de Azambuja e tal provocaria o conseqüente desvio na previsão da procura, criando a necessidade de renegociação do reequilíbrio económico-financeiro da concessão – como veio a acontecer!* -----
--- *Por tudo isto e muito mais, hoje é consensual que as oposições tiveram razão em não aprovar a concessão às Águas de Azambuja.*-----
--- *Aliás, os factos têm-no demonstrado à saciedade!*-----
--- *É um facto que o impacto dos custos com as Águas do Oeste – inicialmente subestimado pelas Águas de Azambuja – teve reflexos negativos nas contas desta concessionária, nomeadamente por causa do volume de encargos financeiros resultante dos “caudais mínimos”.* -----
--- *A este propósito, recordamos que há um ano, nesta Assembleia, o próprio presidente da Aquapor assumiu publicamente que 94% da factura da água resulta dos custos com as Águas do Oeste.*-----
--- *E, por isso, há duas perguntas óbvias que importa fazer:*-----
--- *Porque a Aquapor / Águas de Azambuja subestimou na sua proposta e no seu caso base os custos com as Águas do Oeste?*-----
--- *Porque conseguiu esta proposta ganhar o concurso público apesar deste flagrante erro, que então foi denunciado por outros concorrentes e pelas oposições?*
--- *Também é um facto que desde 2009 até ao presente verificaram-se desvios na procura prevista.*-----
--- *E a possibilidade de tal facto se verificar saltava à vista de qualquer pessoa.* -----
--- *Em 2009 já todos sabíamos que o aeroporto não se iria fazer na Ota e que o concelho de Azambuja não iria aumentar exponencialmente a sua população.* -----
--- *Por isso, também aqui há várias perguntas que importa fazer:* -----
--- *Porque a equipa do Prof. Cunha Marques avaliou positivamente o caso base e as previsões de procura apresentadas pela Aquapor / Águas de Azambuja quando já era público que o aeroporto não vinha para Ota e que, portanto, o concelho de Azambuja não teria um crescimento demográfico acelerado?*-----

--- E porque o mesmo Prof. Cunha Marques, um ano e meio depois de ter avaliado positivamente o caso base e as previsões, veio reconhecer que há desvios na procura e que por isso se justifica o pedido de reequilíbrio económico-financeiro apresentado pelas Águas de Azambuja? -----
 --- Afinal qual é o melhor parecer do Prof. Cunha Marques e das suas equipas?-----
 --- O parecer que fez sobre o caso base e as previsões das Águas de Azambuja?-----
 --- Ou aquele em que reconhece que essas previsões falharam?-----
 --- Caros Deputados Municipais,-----
 --- Tudo isto aconteceu num tempo em que o PS tinha maiorias absolutas.-----
 --- Num tempo em que os sucessivos avisos, alertas e denúncias das oposições, pura e simplesmente, não eram escutados e apenas eram ridicularizados por essa maioria PS.
 --- E hoje somos todos confrontados com um aditamento de alteração ao contrato de concessão das Águas de Azambuja que aprova:-----
 --- O aumento da tarifa média em 21,3%.-----
 --- O aumento do encargo anual com saneamento em 95% a 110% para os utilizadores domésticos (famílias) e em 134% para os utilizadores não domésticos (pequeno comércio, empresas).-----
 --- Aumentos em dezenas de tarifas! Desde a tarifa de disponibilidade (água) à aferição de contadores, passando pela tarifa de utilização (saneamento) até ao preço das vistorias. São dezenas e dezenas de aumentos!-----
 --- Hoje, cada um de nós – como autarca e cidadão - é confrontado com estes aumentos.-----
 --- Mas também é confrontado com a ameaça de alguns de que o “chumbo” deste aditamento ao contrato poderá pôr em causa – cito agora palavras recentes do Dr. Joaquim Ramos – “a sobrevivência financeira do município”, na sequência do pagamento de uma eventual indemnização milionária às Águas de Azambuja. -----
 --- Neste aspecto, todos temos de ser claros! -----
 --- Pela nossa parte:-----
 --- Não tomamos decisões sob ameaça, ainda para mais quando as eventuais consequências foram criadas por quem agora ameaça! -----
 --- A existir essa eventual indemnização a mesma resulta exclusivamente do contrato de concessão que foi aprovado pelo PS.-----
 --- Sem contrato de concessão, não haveria indemnização! -----
 --- Mais.-----
 --- Essa eventual indemnização tem um valor desconhecido por todos.-----
 --- Podemos todos inventar números.-----
 --- Uns mais altos, outros mais baixos.-----
 --- Mas até hoje o advogado do município não fez qualquer parecer sobre a eventual indemnização, a sua fórmula de cálculo e o seu valor.-----
 --- Parecer esse que foi pedido ao Sr. Presidente da Câmara há cerca de 6 meses. -----
 --- Sobre este assunto, ainda esta 3.ª feira, o Sr. Presidente da Câmara reconheceu publicamente três coisas:-----
 --- A primeira: Na 3.ª feira, o Sr. Presidente não tinha qualquer parecer escrito do advogado do município!-----
 --- A segunda: O Sr. Presidente não sabe qual o valor da eventual indemnização milionária! -----
 --- A terceira: O Sr. Presidente não sabe se o pagamento da indemnização é obrigatório! -----
 --- Portanto, quanto a eventuais indemnizações milionárias tudo o que for dito é mera especulação! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- Até porque há formas legais que o município tem para não ter de pagar 1 cêntimo a título de indemnização às Águas de Azambuja.-----

--- Na verdade, ao contrário do que alguns julgam, “a faca e o queijo” estão nas mãos da Câmara de Azambuja...-----

--- Por agora, não nos queremos alongar já nesta questão da enorme vantagem negocial que a Câmara tem em mãos para enfrentar as Águas de Azambuja, até porque a primeira condição será sempre a construção de um consenso alargado...-----

--- Caros Deputados Municipais,-----

--- Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

--- Os autarcas da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra sempre analisaram este dossier com toda a responsabilidade e bom-senso.-----

--- Entendemos que o processo negocial para o aditamento contratual foi mal conduzido e que não defendeu suficientemente os interesses das famílias e empresas do concelho de Azambuja.-----

--- E também sabemos que o contrato de concessão com as Águas de Azambuja tem de ser atualizado, porque os erros que foram cometidos no passado pelo PS têm agora de ser pagos. -----

--- Mas, ainda acreditamos que seja possível uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.-----

--- Por nós haverá uma negociação moderada, ponderada, responsável.-----

--- Mas firme!-----

--- Uma negociação que apresente alternativas concretas e não uma negociação que ande a reboque das Águas de Azambuja. -----

--- Uma negociação que tenha por base e seu principal músculo a força de um consenso político. -----

--- De um consenso político alargado entre a CDU, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA e o PS.-----

--- Uma negociação com princípios claros, propostas concretas e um calendário célere, que permita que a alteração ao contrato de concessão entre em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. -----

--- Pela nossa parte, estamos prontos para construir esse consenso forte, com total espírito de abertura, moderação e responsabilidade.-----

--- E se assim entenderem estamos prontos para apresentar alguns dos princípios que - na nossa opinião - devem nortear as negociações, nomeadamente o reforço claro de todos os aspectos relacionados com a defesa dos direitos dos consumidores, como a entrada em vigor simultânea da alteração ao contrato de concessão e do Regulamento de Serviços.-----

--- Desde o início deste mandato autárquico que nos disponibilizámos para a construção desse consenso forte e firme.-----

--- Mas – e temos de o dizer agora – nestes quase dois anos de mandato, o Sr. Presidente da Câmara nunca, repito, nunca pediu aos autarcas da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA qualquer contributo, qualquer ideia, qualquer sugestão, qualquer proposta para a sua negociação com as Águas de Azambuja.-----

--- E o Sr. Presidente reconheceu isso mesmo na passada 3.ª feira, durante a reunião da Câmara.-----

--- Apesar deste reconhecimento do Sr. Presidente, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA reitera a sua total disponibilidade para ajudar a Câmara a enfrentar as

Águas de Azambuja, nomeadamente através da construção de um consenso político alargado.-----

--- Mas só podemos ajudar quem queira ser ajudado...-----

--- Caros Deputados Municipais,-----

--- Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

--- Ainda vamos a tempo de fazer uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.-----

--- Estamos certos que as Águas de Azambuja estão prontas para esta derradeira ronda negocial com os autarcas do concelho de Azambuja, pois têm a nossa – repito- a nossa garantia em como a alteração ao contrato de concessão entra em vigor no início de 2016.-----

--- Sr. Presidente da Câmara:-----

--- Em nome de todos os autarcas da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, peço-lhe que retire a proposta que já aprovou na reunião camarária.-----

--- Este é um assunto complexo, altamente técnico, em que os contributos de todos são necessários para defender bem o concelho de Azambuja.-----

--- Se retirar a proposta, tal não será uma derrota política. Nem sua, nem do PS.-----

--- Será, isso sim, um acto de humildade e responsabilidade.-----

--- E, por isso, o Sr. Presidente poderá ser o principal obreiro de um consenso forte entre todas as forças políticas para uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.-----

--- Agora, Sr. Presidente da Câmara, tudo está nas suas mãos.-----

--- Disse.-----

--- Manuel Couceiro-----

--- Foi concedida a palavra ao Deputado Municipal António José Rodrigues, cumprimentando todos os presentes. Passou a referir que irá fazer a sua intervenção em função da declaração de voto que tem preparada. Refere que a mesma intervenção procura ser abrangente em termos cronológicos, passando então a ler o texto que a seguir se transcreve:-----

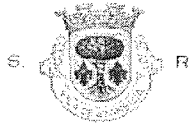
--- Posição da Coligação Democrática Unitária (CDU), sobre o aditamento ao contrato de concessão e gestão dos serviços públicos de água e drenagem de águas residuais de Azambuja.-----

--- 1 – O município de Azambuja aderiu à Águas do Oeste (AdO), em 2003, quando a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), de que o município de Azambuja também era associado, iniciava os estudos sobre a constituição de uma empresa que servisse os municípios associados, tendo constituído a empresa Águas do Ribatejo (AdR) em 2007, exclusivamente através de capitais públicos e com elevados subsídios da União Europeia, cedidos a Fundo Perdido.-----

--- 2 – Para a opção de distribuição de águas em alta e em baixa pressão e pela manutenção do saneamento, a adesão à AdO, na opinião dos atuais presidente e vice presidente da CMA, foi uma imposição de Sócrates, o que levou à opção de concessionar as águas, em vez de ter aderido à AdR.-----

--- 3 – Como associados da CULT, só os municípios de Azambuja, Cartaxo e Santarém, também por razões políticas e por falta de solidariedade com os seus parceiros da CULT, enveredaram por fazer concessões os dois primeiros, tendo Santarém criado um serviço municipal próprio, todos com graves prejuízos para os consumidores.-----

--- 4 – No caso do município de Santarém, por não ter aderido às AdR perdeu cerca de 8 milhões de euros dos fundos comunitários; mas na presente data está a negociar a sua adesão AdR. Quanto ao Cartaxo, continua sem entendimento com a CARTÁGUA, empresa a quem fez a concessão. No caso do município de Azambuja, não se sabe o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

valor dos fundos perdidos por não ter aderido à AdR, pelo que seria importante fazer um inquérito sobre o assunto. -----

--- 5 – Quando a concessão à AdAz começou a ser colocada (em 2006), fundamentámos o nosso desacordo, entre outras razões, pelo seguinte: “Um estudo recente da ONU estima que, daqui a 25 anos, 2,5 biliões de pessoas (cerca de metade da população mundial) poderá vir a sofrer de falta de água. Isto é suficientemente grave para que os eleitos das autarquias esqueçam as suas responsabilidades, dando à iniciativa privada oportunidade de fazer negócio e de alcançar chorudos lucros com este escasso bem. Porque será que a iniciativa privada tem tanto interesse neste negócio? Será para prestar apoio social às famílias carenciadas? Não creio, ninguém crê. Se alguma justiça pode ser feita às famílias carenciadas, em termos de captação e distribuição de água, são as autarquias locais.”-----

--- 6 – E a situação de carência do precioso líquido não se alterou, daí que não se entende como é que as autarquias não conseguem equilibrar os custos e as receitas para melhorar o sistema, precisando de recorrer à iniciativa privada. Será que os empresários têm mais formação técnica para fazer o que compete aos eleitos? Duvido. O que acontece é que muitos dos eleitos locais preferem ter menos trabalho e responsabilidades. -----

--- 7 – Privatizar ou concessionar a água não era, nem é uma fatalidade. Países como a Dinamarca, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Áustria, todos da Europa, mantêm os serviços de água e saneamento no domínio público (não consta que algum país mundial forneça água gratuita aos seus habitantes).-----

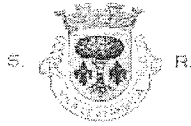
--- 8 – Na sessão da Assembleia Municipal de Azambuja (AMA), realizada em 22/7/2014, foi informado pelo Administrador das Águas de Azambuja (AdAz), Eng^o Diogo Faria de Oliveira, que o acordo de concessão das águas prevê um caudal de fornecimento de águas pela AdO à AdAz de 3 milhões de m³ anuais de água, quando em 2012 (ou 2013) foram pagos 1,6 M m³, consumidos apenas 1,2M m³ (a diferença são desperdícios). -----

--- 9 – Ora o tal caudal mínimo assentava no pressuposto do aumento da população residente em consequência da previsão de construção do Aeroporto na freguesia de Ota, o que já se sabia que não iria acontecer. A previsão de caudais médios anuais de 3 milhões de m³ foi utilizada para construir o **caso base**, ou seja a tabela concebida para o modelo económico que determina os aumentos ao longo dos anos, em prejuízo do município de Azambuja e dos consumidores. Como o montante de caudais nunca atingiu o montante previsto, a AdO diz-se credora da AdAz de muitos milhões de euros. Por outro lado a AdAz replica dizendo que não tem sido cumprido o acordo de concessão devido à falta de investimento da suposta credora (AdO). Pelo meio fala-se em ameaças judiciais que podem provocar um buraco de milhões de euros nas contas do município de Azambuja. -----

--- 10 – A situação criada deve-se a um erro dos pressupostos pré-negociais (por falta de estudos adequados – culpa da administração municipal de então). Se os ditos estudos tivessem sido feitos, a CMA poderia ter negociado uma ou mais cláusulas de salvaguarda, não assumindo os tais compromissos de pagar caudais mínimos não verificados ao longo dos anos.-----

--- 11 – Não é concebível que a administração municipal tenha assinado o contrato de concessão sem ouvir os seus técnicos, das áreas da economia e do direito, de modo a poder ser aconselhada a acautelar cláusulas de salvaguarda para o município de Azambuja. Assim, a sua atitude de desleixo pode configurar gestão pessoal danosa.-----

- 12 – Na data de adesão à AdO, para além de não terem sido opostas cláusulas aos caudais mínimos, não foi acautelado o facto do município de Azambuja possuir 3 furos de produção própria: um no Casal Vicente que se destinava a abastecer a freguesia da sede do concelho e dois na Quinta dos Vales, em Alcoentre que abastecia esta freguesia bem como a freguesia do Cercal (concelho do Cadaval. Os furos próprios forneciam mais de metade do consumo de água, sendo que nas restantes 3 freguesias do alto concelho e na de Vila Nova da Rainha, as condutas de fornecimento em alta da EPAL, passavam nas respetivas zonas urbanas, sem necessidade de grandes investimentos para a distribuição em baixa.-----
- 13 – Em conclusão, todo o sistema de abastecimento de água e de saneamento custeados pelo município de Azambuja, foi cedido sem contrapartidas à AdO que, ainda por demais, não tem cumprido o plano de investimento acordado, o que tem impedido a AdAz de cumprir também o contrato de concessão. A propósito de concessões e integrações, quando a Federação dos Municípios do Ribatejo (que distribuía eletricidade em baixa) foi integrada na EDP, esta empresa integrou o município de Azambuja e os restantes provenientes da FMR, ficando com o encargo de todos os anos conceder uma renda aos municípios integrados.-----
- 14 – Em consequência de uma alteração legal que entrou em vigor em 1/1/2010 (D.L. nº 194/2009, de 20/8), e com base no desvio de caudais previsto no contrato inicial, a concessionária (AdAz) apresentou ao concedente (município de Azambuja), em julho de 2011, um pedido de reequilíbrio que originaria um acréscimo de 46,5% do tarifário, o que implicou negociações com a CMA, culminando com um acordo de aditamento enviado à ERSAR, em 5/2/2103, para emitir parecer, do qual só foi dado conhecimento às oposições depois da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) ter emitido um parecer demolidor em relação à forma de cálculo das tarifas: as mesmas não cumprem as recomendações da ERSAR e estão todas sobrevalorizadas, ou seja, não cumprem com a Recomendação Tarifária.-----
- 15 – Os fundamentos invocados no preâmbulo da minuta de aditamento ao contrato de concessão para a revisão contratual são, entre outros, os seguintes:-----
 ---“Atrasos na realização do plano de investimentos da AdO, no que respeita ao município de Azambuja e inexistência de ligação ao sistema de tratamento a explorar pelas AdO, traduziu-se numa significativa perda de clientes relativamente ao previsto no Caso Base, sendo necessária a recalendarização e adaptação do Plano de Investimentos da Concessionária.” (ver página 2/18 do ofício da ERSAR, de 4/4/2014, a pedir esclarecimentos adicionais).-----
- 16 – Depois de a ERSAR ter pedido esclarecimentos adicionais para emitir o solicitado parecer, a CMA e AdAz fizeram novas negociações que culminou com um acordo para o aumento da tarifa média em 21,3% conforme é referido na página 9 do parecer da ERSAR de 17/5/2015.-----
- 17 – O Partido Socialista (PS), com maiorias absolutas nos órgãos executivo e deliberativo do município de Azambuja, foi o único grupo político que aprovou a adesão à AdO e a concessão das águas à AdAz, tendo sido também o único negociador da revisão e aditamento ao contrato de concessão.-----
- 18 – Foi o PS que não acautelou um estudo de viabilidade económico-financeiro por parte do concedente, nem impôs qualquer cláusula de salvaguarda em relação ao futuro, conforme melhor se explicita nos pontos 7, 8 e 9 do presente documento.-----
- 19 – O PS nem sequer levou em consideração um abaixo-assinado, liderado pelo atual presidente da AMA, agora eleito pelo PS (mas na data do abaixo-assinado eleito pelo PSD), o qual recolheu mais de 3.000 assinaturas recusando a concessão das águas. Também os trabalhadores municipais assinaram um abaixo- assinado com igual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- propósito.-----
- 20 – Por outro lado, em 29/4/2014, por iniciativa da Coligação PFNT e da CDU, foi aprovada pela AMA uma moção que exigia à CMA a imediata suspensão do processo negocial com a AdAz, com os votos contra do PS, tendo a atual CMA desrespeitado a aprovação da referida moção, não interrompendo as negociações.-----
- 21 – Finalmente, a legislação estruturante em vários domínios da Administração Pública e da Economia nacional, não impõe negócios altamente gravosos para os portugueses, vejamos apenas três exemplos de opções políticas de leis feita à medida dos grupos financeiros e empresariais:-----
- a) a criação das PPP, iniciadas pelo PSD e gravemente continuadas pelo PS, foi da exclusiva vontade dos políticos de então;-----
- b) a privatização da TAP foi experimentada pelo PS e está ser concretizada pelo PSD;-----
- c) a concessão das águas foi outro exemplo de legislação feita à medida dos interesses privados, com a complacência de algumas câmaras municipais, ente elas a de Azambuja.-----
- 22 – Por tudo o que foi referido, o “negócio das águas” apenas serve os interesses da concessionária e prejudica as famílias e as empresas do concelho de Azambuja, sobre quem irá recair o aumento mínimo de 21,3%, bem como outros aumentos avulso que podem ultrapassar 500% em alguns serviços a prestar pela AdAz.-----
- 23 – Face ao exposto, quer o incumprimento da AdO perante a concedente e a concessionária, bem como aos termos em que o contrato inicial foi redigido e aceite pela CMA, não podemos deixar-nos envolver e ser coniventes um uma atuação que poderá vir a ser considerada gestão danosa por parte do PS.-----
- 24 – Por outro lado, embora um vereador eleito pela CDU vote hoje favoravelmente tudo o que rejeitou nos últimos mandatos autárquicos (sem colocar em causa o meritório trabalho que desenvolveu enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente), a CDU não está vinculada a qualquer acordo de gestão na CMA, pelo que não tem que aprovar o aditamento ao contrato de concessão. O negócio das águas foi iniciado e imposto por Sócrates, conforme atrás se referiu, tendo germinado no ventre do PS de Azambuja a concessão das águas, pelo que não se entende a razão de os atuais gestores do PS desejarem, atualmente, que sejam as oposições a aceitarem dar de mamar à criança (AdAz).-----
- 25 – Pelo exposto, a CDU vota contra o aditamento ao contrato de concessão das águas proposto, na presunção que esta é melhor forma de defender os consumidores. Para o efeito, deixa aqui o registo na ata do voto de vencido, nos termos no nº 3 do artigo 58º do anexo I da lei nº 95/2013, de 12/9.-----
- Pel' A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----
- António José Rodrigues-----
- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues terminou referindo que faz a sua declaração de voto nos termos desta intervenção. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, que passou a ler a intervenção que a seguir se transcreve. -----
- Caros Deputados Municipais,-----
- Senhor Presidente, Senhores Vereadores,-----
- Antes de mais, uma questão prévia e para que não haja dúvidas:-----

--- A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA está pronta para votar contra a presente proposta, mas nunca pondo a causa a liberdade de voto que cada deputado municipal tem e da qual nunca poderá abdicar.-----

--- Há pouco o meu amigo e colega da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, Manuel Couceiro, manifestou em nome de todos nós a total vontade política e técnica para construirmos uma solução consensual que envolva todas as forças políticas

--- Uma solução consensual que ajude a Câmara a enfrentar as Águas de Azambuja e conquistar uma alteração ao contrato de concessão melhor para as famílias e empresas do concelho de Azambuja.-----

--- Reiteramos essa vontade.-----
--- E confirmamos esse compromisso construtivo da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.-----

--- Caros Colegas Deputados Municipais,-----
--- Não é a mim que cabe explicar a todos os presentes porque o deputado municipal Manuel Couceiro afirmou – e cito -----

--- “Há formas legais que o município tem para não ter de pagar 1 cêntimo a título de indemnização às Águas de Azambuja.-----

--- Repito: Há formas legais que o município tem para não ter de pagar 1 cêntimo a título de indemnização às Águas de Azambuja”-----

--- Essa explicação será do Dr. António Godinho, líder do grupo de deputados municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.

--- A minha responsabilidade é a de reafirmar que, nas condições certas, o município de Azambuja tem uma enorme vantagem negocial para enfrentar as Águas de Azambuja.-----

--- Mas também estamos conscientes de que a primeira condição para assegurar essa vantagem negocial é a construção de um consenso político alargado entre todas as forças políticas.-----

--- Temos todos a obrigação de nunca nos esquecermos do seguinte:-----
--- O concelho de Azambuja tem mais importância que as naturais divergências entre o PS, a CDU e os partidos que compõem a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.-----

--- Pela nossa parte, estamos prontos para construir um consenso forte de todas as forças políticas, com músculo e alma, para enfrentar e vencer uma nova ronda negocial com as Águas de Azambuja.-----

--- Com lealdade e sentido construtivo, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA apresenta agora alguns dos princípios que devem nortear as novas e verdadeiras negociações com as Águas de Azambuja, com a certeza que “a faca e o queijo” estão nas nossas mãos.-----

--- Nas mãos de todos os autarcas do município de Azambuja!-----

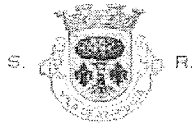
--- Nas mãos de todos os autarcas do município de Azambuja, com a certeza que há formas legais para que o município não pague 1 cêntimo de indemnização às Águas de Azambuja! -----

--- Caros Colegas Deputados Municipais,-----
--- Sr. Presidente da Câmara.-----

--- A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA defende que as novas e verdadeiras negociações com as Águas de Azambuja devem ser, nomeadamente, norteadas pelos seguintes PRINCÍPIOS GERAIS:-----

--- PRIMEIRO -----

--- Consenso político forte entre CDU, Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA e PS.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- **SEGUNDO** -----
- *Diminuição real do aumento previsto para a tarifa média.*-----
- *Ou seja, recusamos um aumento brutal de 21,3%.*-----
- **TERCEIRO** -----
- *Entrada em vigor do aditamento do contrato e do novo tarifário em 01/01/2016.*-----
- **QUARTO** -----
- *Reforço de todos os aspectos relacionados com a defesa dos direitos dos consumidores, nomeadamente:*-----
- *Aprovação do Regulamento de Serviços e sua entrada em vigor simultânea com o aditamento do contrato e do novo tarifário, isto é, 1 de janeiro de 2016;*
- *Isenção do pagamento da tarifa de disponibilidade em caso de ruptura de fornecimento;*-----
- *Manutenção das atuais tarifas nos seguintes serviços em “Abastecimento de Água”:*-----
- *“Aferição extraordinária a pedido do Utilizador”;*-----
- *“Verificação a pedido do Utilizador”;*-----
- *“Mudança (transferência) de consumidor”;*-----
- *“Deslocação por solicitação de particulares para análise de instalações particulares quando não haja aplicação de outras tarifas”.*-----
- **QUINTO** -----
- *Manutenção das atuais tarifas pelos serviços de limpeza de fossas domésticas.*-----
- *Também aqui rejeitamos qualquer aumento.*-----
- *Já basta as famílias não terem esgotos, quanto mais serem castigadas por esse facto.*-----
- **SEXTO** -----
- *Redução da TIR acionista*-----
- *Atualmente é de quase 13%, quase o dobro da concessão de Cascais, que é um concelho mais rico que o de Azambuja.*-----
- **SÉTIMO E ÚLTIMO** -----
- *Correção em sede de Caso Base de todos os valores considerados mínimos ou de referência para valores reais.*-----
- *Caros Deputados Municipais,*-----
- *Minhas Senhoras, Meus Senhores*-----
- *Ainda vamos a tempo de fazer uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.*-----
- *As Águas de Azambuja estão prontas para uma nova e derradeira ronda negocial com os autarcas do concelho de Azambuja.*-----
- *Por isso, Sr. Presidente da Câmara*-----
- *A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA volta a pedir-lhe:*-----
- *Retire a proposta que aprovou na reunião de Câmara e que hoje aqui nos apresenta.*
- *Este é um assunto difícil e complexo, altamente técnico e carregado de questões jurídicas, em todos – repito todos! - são precisos para defender bem o concelho de Azambuja.*-----
- *Sr. Presidente:*-----
- *Esta noite, se retirar a proposta, será o principal obreiro de um consenso forte entre todas as forças políticas para uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.*
- *Agora, tudo está nas suas mãos.*-----
- *Tenho dito.*-----

--- *Carlos Valada* -----

--- O Sr. Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado Municipal António Godinho, que passou a ler o texto que a seguir se transcreve: -----

--- *Senhor Presidente da Mesa,* -----

--- *Senhores Deputados Municipais,*-----

--- *Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores,*-----

--- *Senhores Representante da Comunicação Social,*-----

--- *Meus Senhores, Minhas Senhoras,*-----

--- *Já aqui foi dito pelos meus colegas da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, Manuel Couceiro e Carlos Valada, que as famílias e as empresas do concelho de Azambuja precisam – e merecem! – que todos deixemos de lado as divergências partidárias, que todos nos concentremos apenas nos superiores interesses da nossa terra, que todos afirmemos inequivocamente uma vontade política e técnica para construirmos uma solução consensual que envolva todas as forças políticas.*-----

--- *Essa solução consensual é determinante para ajudar a Câmara a enfrentar as Águas de Azambuja e conquistar uma alteração ao contrato de concessão melhor para todos nós.*-----

--- *A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA está pronta para trabalhar nesse sentido.*-----

--- *Está pronta para assumir essa responsabilidade.*-----

--- *Apesar de nunca tal nos ter sido pedido pelo Sr. Presidente da Câmara, estamos prontos para ajudar.*-----

--- *Estamos prontos para ajudar política e tecnicamente.* -----

--- *Estamos prontos para ajudar a Câmara do Partido Socialista a enfrentar e vencer uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.*-----

--- *Mas, relembro, só podemos ajudar quem queira ser ajudado...* -----

--- *Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais,*-----

--- *Esta noite já aqui foi dito o seguinte:* -----

--- *“Há formas legais que o município tem para não ter de pagar 1 cêntimo a título de indemnização às Águas de Azambuja.*-----

--- *Repito: Há formas legais que o município tem para não ter de pagar 1 cêntimo a título de indemnização às Águas de Azambuja”*-----

--- *E, de facto, assim é!*-----

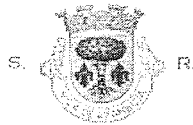
--- *Vou tentar explicar o raciocínio da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA da forma mais simples possível, sendo certo que esta é uma matéria complexa e difícil. Por isso, peço a vossa total atenção.*-----

--- *Como todos os deputados municipais sabem uma das empresas que concorreu ao Concurso Público Internacional que deu origem à concessão das Águas de Azambuja apresentou uma Acção Administrativa Especial junto do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.*-----

--- *Essa Acção Administrativa Especial tem em vista – e estou a citar – “a anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2009”, que aprovou a Adjudicação Definitiva – repito – a Adjudicação Definitiva do Concurso Público lançado pela Câmara de Azambuja e ganho pela Aquapor / Águas de Azambuja.*-----

--- *O pedido apresentado junto do Tribunal Administrativo pela empresa concorrente que perdeu o concurso está fundamentado em várias ilegalidades que terão sido praticadas e que põem em causa a transparência e a imparcialidade do concurso lançado pela Câmara de Azambuja.*-----

--- *De uma forma simplista, a empresa que reclamou para o Tribunal prova “por A mais B” que a Aquapor / Águas de Azambuja nunca deveria ter ganho o concurso,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

nomeadamente por causa da subestimação dos custos com as Águas do Oeste, sobre a qual o meu colega de bancada Manuel Couceiro já falou há pouco.-----
--- Esta acção judicial ainda não está decidida.-----
--- Ainda não tem sentença.-----
--- Mas, é uma acção judicial que foi apresentada contra este órgão autárquico.-----
--- Não foi contra a Câmara, foi contra a Assembleia Municipal.-----
--- Na petição que foi apresentada ao Tribunal lê-se, preto no branco, “contra o Município de Azambuja, através da Assembleia Municipal de Azambuja”.-----
--- E os termos desta acção que está no Tribunal conferem a esta Assembleia Municipal toda a legitimidade – repito – toda a legitimidade para aprovar uma deliberação a concordar com os fundamentos apresentados pela empresa que perdeu o concurso e assim reconhecer, confessar, que houve de facto violação da regras da transparência, da igualdade e da imparcialidade do concurso público lançado pela Câmara em 2007.-
--- Hoje não está em discussão uma decisão desse tipo, mas quando esta Assembleia Municipal tomar uma decisão que reconheça que o concurso foi mal feito – e a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA está pronta para o fazer - , forçosamente o processo que está no Tribunal só terá uma conclusão:-----
--- Perante a confissão da Assembleia Municipal dos factos alegados, o Tribunal só poderá decidir pela anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2009”, que aprovou a Adjudicação Definitiva do Concurso Público lançado pela Câmara de Azambuja e ganho pela Aquapor / Águas de Azambuja.-----
--- E esta anulação pelo Tribunal terá efeitos retroactivos, pelo que tudo será como se nunca o acto tivesse sido praticado.-----
--- Repito:-----
--- A anulação da deliberação da Assembleia terá efeitos retroactivos, pelo que tudo será como se nunca o acto tivesse sido praticado.-----
--- Pelo que, e novamente num registo simplista, é como se nunca a tivesse existido uma concessão às Águas de Azambuja.-----
--- E se nunca existiu, nunca há lugar ao pagamento de qualquer indemnização!-----
--- Numa situação destas, as Águas de Azambuja vão pelo cano abaixo!-----
--- Senhores Deputados Municipais,-----
--- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores,-----
--- Há pouco foi dito que os autarcas do Concelho de Azambuja tinham e têm “a faca e o queijo” nas mãos.-----
--- Nas mãos de todos os autarcas do município de Azambuja!-----
--- Nas mãos de todos os autarcas do município de Azambuja, com a certeza que o município não vai pagar 1 cêntimo de indemnização às Águas de Azambuja!-----
--- Por isso, agora sim, é tempo de fazer uma verdadeira negociação com as Águas de Azambuja.-----
--- Agora sim, é tempo de uma derradeira ronda negocial dos autarcas do concelho de Azambuja com as Águas de Azambuja.-----
--- Sr. Presidente da Câmara,-----
--- Retire a proposta que aprovou na reunião de Câmara e que hoje aqui nos apresenta. E vamos juntos, PS, CDU e Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, enfrentar as Águas de Azambuja!-----
--- Já temos um argumento fortíssimo.-----
--- Mas, há mais...-----

--- *Vamos todos enfrentar as Águas de Azambuja e vencer uma verdadeira negociação com esta empresa, sempre e só a pensar nos superiores interesse do Povo do concelho de Azambuja!*-----

--- *Disse.*-----

--- *António Godinho*-----

--- Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Municipal Maria Inês Louro referindo que esta sua intervenção é dirigida particularmente aos Sr.s Deputados Municipais, começando por dizer que à medida que foi sendo anunciado pelos senhores Deputados Municipais da Coligação PFNT que haveria alguma solução legal, pensando que ela se traduzisse numa verdadeira ajuda em algo de válido. Salienta que as intervenções tiveram uma grande falta de sentido e grandes erros técnicos. Disse ainda que apesar das posições já firmadas, a não aprovação ao aditamento do contrato, terá consequências graves para o Município de Azambuja. Salienta que aquando da eleição dos Deputados Municipais, os mesmos juraram defender os interesses dos Municípes, sendo isso que apela a todos. Refere que compreende a posição da Coligação que é ideologicamente contra as concessões e que gostaria de ter outro papel interventivo, e de alguma forma ter intervenção negocial, não lhe tendo sido dada essa oportunidade. Sendo assim, considera que isto apenas se trata de guerrilhas políticas. -----

--- Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho, para dizer que o que a coligação faz não é politiquices nem guerras políticas, mas sim defender os interesses dos Municípes de Azambuja e não os interesses das “Águas de Azambuja”. Quanto à questão técnica, refere que esta questão está fundamentada com pareceres de pessoas com capacidade técnica nesta área. -----

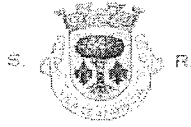
--- Foi concedida novamente a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada que passou a dizer que quando há uma negociação as diferentes partes apresentam propostas, no entanto, não se vê nenhuma contraproposta da Câmara quanto ao facto das questões técnicas, refere que quando as pessoas conversão e discutem os problemas, por vezes surgem outras situações e outras questões. Salientando que quando não se sabe ou se tem dúvidas, pergunta-se a quem sabe. Quanto aos pareceres que a Deputada Municipal Inês Louro falou, gostaria de saber onde é que eles estão, pois ainda ninguém conseguiu mostrar a fórmula de cálculo referente à dita indemnização. -----

--- Pediu novamente a palavra o Sr.º Deputado Municipal António José Rodrigues para mencionar que o Município de Santarém tendo prescindido de aderir às “Águas do Ribatejo” perdeu cerca de 8 milhões de euros. Em relação ao Município de Azambuja por também não ter aderido perdeu igualmente alguns milhões. Por isto, salienta que se alguém perdeu, houve alguém que teve que ganhar. -----

--- Pediu a palavra a Srª Deputada Municipal Maria Luísa António, dizendo que queria votar em consciência e por isso ia fazer umas perguntas de modo a ficar esclarecida para tomar a sua decisão de voto. -----

--- Perguntou ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, uma vez que o mesmo pertence à Comissão de Acompanhamento das Águas, se a proposta for chumbada a Câmara têm ou não de pagar alguma indemnização, qual o seu valor e qual é o risco que corre. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, cumprimentando todos presentes e passando a responder à solicitação da Sr. Deputada Municipal. Começando por dizer que o que analisou na comissão de acompanhamento, foi que as consequências da não aprovação deste ponto têm que ver com o incumprimento do contrato, ou seja, o concessionário que requereu o reequilíbrio financeiro da concessão, tendo por base os pressupostos desse mesmo contrato que está em vigor, ou aceita renegociar o que já foi negociado anteriormente, ou então se não houver disponibilidade negocial o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

concessionário tem todo o direito de acionar a cláusula contratual relativamente à abertura de um processo litigioso. Refere que no entanto o município pode-se defender, sendo no entanto um risco recorrer aquela cláusula. -----

--- Em relação a estudos concretos sobre valores de eventual indemnização, refere que só se pode saber com a decisão do tribunal. No entanto poderá haver estimativas das partes. Na sua opinião acha que será uma quantia considerável. -----

--- Refere que as diferentes forças políticas podem ter diferentes conceções do acordo, pois constituem significativo aumento das tarifas, embora a ERSAR diga no seu relatório, que não está a um nível exagerado, estando no âmbito da zona amarela. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara salientando que nunca referiu qual o valor que as “Águas de Azambuja” iam pedir à Câmara, caso este processo não fosse aprovado, pois só quem pode decidir é o tribunal. -----

--- Refere que não “sacode a água do seu capote” em relação a este processo, no entanto salienta que não vale a pena “chorar sobre o leite derramado”. Considera que neste momento tem é que se tomar uma decisão. Diz ainda, que também o Sr. Presidente das Águas do Ribatejo foi convidado para fazer parte desta Comissão das Águas, e sendo ele uma pessoa competente deu também o seu parecer em conjunto com a Comissão, dizendo nesse parecer que é desejável que o processo de revisão de contrato seja concluído rapidamente, e que caso isso não aconteça poderá ser refletido no aumento da tarifa média superior à atual. O mesmo parecer diz ainda que estão reunidas as condições para que a proposta de revisão de contrato seja submetida à aprovação dos órgãos do Município. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho, referindo que é lamentável que o Partido Socialista não assuma publicamente as suas culpas nesta situação. -----

--- Retoma a palavra o Sr. Presidente da Câmara para referir que já assumiu a sua culpa e a do PS. -----

--- Foi novamente dada a palavra ao Sr. António José Rodrigues, que afirmou que o Presidente da Comissão de Acompanhamento das Águas (onde também está inserido o Dr. Nobre) teve uma determinada posição sobre o assunto, mas qualquer deles estava numa posição em termos éticos /jurídicos do cargo que estavam a ocupar, no entanto isso não tem que ser seguido, pois parte das questões que prejudicam o país são opções políticas. Refere que respeita a posição da comissão em termos técnicos, mas não a acata em termos políticos, pois a Câmara tem a possibilidade de se defender juridicamente. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que esta Comissão está prevista no Dec. Lei 194/2009 onde aparece no artigo 86 A, quais são as competências, tendo estas competências a ver com a matéria do contrato, não tendo a comissão de se prenciar se o contrato foi bem ou mal negociado. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se o ponto não for aprovado, a Câmara está ou não disposta a ir a tribunal lutar contra as “Águas de Azambuja”. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara responde dizendo que se as Águas de Azambuja meterem a Câmara em Tribunal, a Câmara tem que se defender. -----

--- Voltou a pedir a palavra a Sr^a Deputada Municipal Maria Luísa António, para perguntar ao Sr. Deputado Municipal António Nobre se o seu parecer técnico enquanto membro da comissão é a favor da aprovação deste ponto. -----

--- O Sr. Deputado Municipal António Nobre responde dizendo que não é tarefa da comissão indicar o sentido de voto. Refere que a comissão avaliou todo o processo negocial em função do que estava contratado, entendendo que deveria respeitar a vontade negocial já plasmada no aditamento, concluindo a comissão que estão as condições reunidas para que os órgãos Municipais deliberem sobre a proposta de aditamento. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade Deputado Municipal, para dizer que se há pessoa com legitimidade para falar deste assunto, ele é uma delas. Pois trabalhou de forma afincada, com a ajuda de outras pessoas para que este contrato de concessão não fosse realizado, pois considerou que esta não era uma boa opção para o Concelho de Azambuja. Refere que não foi uma boa opção a concessão em alta, nem em baixa, marcando negativamente o desenvolvimento do concelho de Azambuja. Afirmou ainda que a sua opinião não mudou de “ontem” para “hoje”, continuando a ter a mesma opinião acerca do assunto. -----

--- Refere que na altura falou com os sindicatos para tentar perceber como ficaria a situação dos trabalhadores do serviço de águas, não tendo tido o apoio da CDU. Salienta que a mesma se opôs à concessão, mas mais de uma forma institucional. -----

--- Disse, que na altura se reuniram mais de três mil assinaturas de forma a tentar-se fazer um referendo sobre a concessão das águas, tendo essa proposta ido à Assembleia Municipal e tendo a mesma sido chumbada. No entanto, refere que continuou sempre a mostrar-se contra, escrevendo sobre o assunto alguns artigos de jornal. Salienta que só à quinta vez de ter ido à Assembleia Municipal é que foi aprovado. Diz ainda que o tempo de evitar a concessão era antes. Refere que o que está agora em causa, não é uma questão ideológica, nem se se devia ter, ou não feito o contrato. -----

--- Em relação à comissão, refere que a mesma estava para ser feita desde 2010/2011, e que pediu ao Sr. Presidente da Câmara para o deixar intervir na constituição da comissão, tendo então convidado o Dr. António Nobre para Presidente da mesma, a proposta foi rejeitada nas Águas de Azambuja, porque o Dr. Nobre pertencia ao Partido Comunista. Disse ainda que a sua intenção era constituir esta comissão com pessoas que não tivessem a ver com o passado, o mais isentas possível, pois o que estava em causa não era uma questão ideológica, mas sim uma questão prática. -----

--- Menciona que depois de constituída a comissão aferiu-se da veracidade/necessidade deste aumento em função da documentação existente. -----

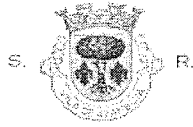
--- Refere que como é óbvio, também não queria que a água aumentasse, pois também vive em Azambuja. Mas salienta que os aumentos não vão atingir quem mais precisa, nem vão atingir todos os escalões, sendo que, no 1º escalão o aumento é de 8.34€ no 1º ano. Disse ainda que com este aditamento, o tarifário social reduz para metade. -----

--- Refere também que se o aditamento for aprovado, a partir do próximo ano vai haver o benefício da redução da tarifa de Lisboa e Vale do Tejo. Referiu que a água em alta vai baixar o valor, tanto na água como no saneamento. Dizendo que quem está nos 60m³, provavelmente não vai sentir aumentos. -----

--- Referiu que se não for aprovado, é óbvio que se vai enfrentar o tribunal, salientando que o que não se paga hoje, vai-se pagar amanhã muito mais. -----

--- Diz ainda que para si seria muito mais fácil votar contra ou abster-se, no entanto diz que está aqui para enfrentar as coisas, também quando elas são difíceis. -----

--- Salientou que o que está em causa não é a concessão, mas sim o aditamento ao contrato, dizendo que se irá verificar se as questões ideológicas ajudarão ou não os municípios de Azambuja, ou se seria de outra forma, em que se teria de por de parte essas mesmas questões. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- Finaliza a sua intervenção dizendo que haverá de agir sempre em função da sua consciência e do que acha que é melhor para as pessoas que em si votaram. -----
- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, mencionando que se este aditamento for chumbado, as Águas de Azambuja poderão recorrer ao Tribunal, tendo todas as partes de se pronunciar, e o Município de Azambuja terá que fundamentar o porquê, com base nas propostas e nas declarações de voto das oposições que foram aqui manifestadas. -----
- Mencionou que o Sr. Presidente da Assembleia disse que fez um bom trabalho na recolha de Assinaturas, salientando que já reconheceu isso publicamente e que também assinou e que ele próprio também recolheu assinaturas, mas que não entende porque é que o Presidente da Assembleia teve uma atitude antes, e agora teve uma oposta. -----
- Refere ainda que há uns tempos lhe disseram que um dos seus camaradas já se tinha mudado para o PS, e que a seguir era ele próprio que se mudava. Mediante esta afirmação, refere que enquanto tiver no seu prefeito juízo não se vira para lado nenhum.
- Quanto ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, refere que é uma incoerência votar contra o que votou há dez anos atrás. -----
- O Sr. Presidente informa que chegou à mesa um requerimento que a seguir se transcreve: -----
- *Requerimento* -----
- *Requer-se o prolongamento dos trabalhos por mais uma hora, tendo em atenção o adiantado da hora.* -----
- *O Deputado Municipal* -----
- *António Loureiro* -----
- Uma vez posta a votação, foi a proposta nº P 75/P/2015 aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 13 votos contra (8 da CDU e 5 da Coligação PFNT) e 2 abstenções (1 da CDU e 1 da Coligação PFNT). O senhor Presidente da mesa utilizou o seu voto de qualidade, votando a favor. -----
- A CDU apresentou uma Declaração de Voto, em que deixou registado o seu voto de vencido, nos termos do nº3, do artº58, do anexo I, da Lei nº 95/2013, de 12/09. A referida Declaração de Voto está transcrita na intervenção do Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. -----
- A Coligação PFNT, apresentou a Declaração de Voto, deixando registado o seu voto de vencido, que a seguir se transcreve. -----
- *Declaração de Voto de Vencido* -----
- *Nos termos do artigo 58º/1 e 2 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os Deputados Municipais da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, declaram formalmente que votaram vencido na votação da Proposta nº 75/P/2015.* -----
- *Ao abrigo da Lei e no prazo legalmente estipulado, protestam entregar à Mesa da Assembleia Municipal a respetiva declaração de voto.* -----
- *Azambuja, 30 de Julho de 2015* -----
- *Os Deputados Municipais da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra* -----
- *Manuel Couceiro, Natércia Serranito, Carlos Valada, Emanuel Pereira, António Godinho* -----
- O Sr. Deputado Municipal José Avelino, apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve. -----
- *Declaração de Voto* -----

--- Após todas as explicações dadas sobre este assunto "Contrato de concessão e aditamento ao contrato de exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais do Município de Azambuja" retiro duas conclusões.

--- 1ª – O contrato efetuado em 2009 nunca deveria ser efetuado nos moldes em que foi feito nem em nenhum outro pois sendo a água um bem essencial à vida nunca deveria estar na mão de privados. -----

--- 2ª – No estado atual das coisas e após vários pareceres (ERSAR e Comissão de acompanhamento), fico com muitas dúvidas pois não sei o que será melhor para o Município nem para os utilizadores. -----

--- Votando sim, teremos um aumento imediato para os utilizadores. -----

--- Votando não, é votar no escuro, pois não sabemos as consequências reais (nem no aumento de tarifas nem do resultado do contencioso entre as partes). -----

--- Assim e como acho este assunto demasiado importante e não me sentindo seguro do voto no "sim" nem no "não". Voto em consciência, votando na abstenção. -----

--- José Avelino Colaço Correia -----

--- **APROVAÇÃO POR MINUTA** -----


--- A Srª D. Vera Brás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro. -----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- Eram 24 horas do dia 30 de Julho, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----


Vera Lúcia D. Brás dos Santos
